

PORTARIA Nº 182, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER – CTI, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, nomeado por meio da Portaria da Casa Civil nº 992/2011, publicada no DOU de 18/05/2011, seção 2, página 1 e reconduzido pela Portaria MCTIC nº 468/2016, publicada no DOU de 27/06/2016, seção 2, página 6, em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407/2006, e

CONSIDERANDO

Que o CTI tem entre suas finalidades, conforme definido em seu regimento interno pela Portaria MCT nº 907, de 04/12/2006, executar projetos de P&D na área de micro e nano tecnologia, realizar prototipação em microeletrônica, desenvolver competências e disponibilizar serviços de apoio científico e tecnológico e utilizar tais resultados em aplicações de utilidade e interesse sócio-econômico;

Que o Programa de Capacitação Institucional do CTI prevê, em seu Plano de Trabalho, a concessão de bolsas para pesquisa e desenvolvimento relacionados aos temas acima;

Que sistemas eletrônicos embarcados estão presentes em várias aplicações na área de robótica sendo cada vez mais disseminado e utilizado pela indústria eletroeletrônica;

Que o CTI tem servidores atuando em pesquisas capazes de produzir soluções para a implantação e evolução desta tecnologia no país;

Que estes servidores estão alocados na CTI-NE,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ARISTIDES PAVANI FILHO, matrícula SIAPE nº 0673711, doravante denominado “servidor”, como responsável pelos procedimentos necessários à concessão de 1 (uma) bolsa do Programa de Capacitação Institucional – PCI, em consonância com a Resolução Normativa nº 041/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para alocação no CTI-NE, com o objetivo de viabilizar a execução de pesquisas na área de desenvolvimento de sistemas eletrônicos embarcados.

§1º Caberá ao servidor definir os perfis de seleção e, posteriormente, os planos de trabalho dos bolsistas selecionados.

§2º Os planos de trabalho dos bolsistas selecionados deverão envolver, predominantemente, atividades de pesquisa e desenvolvimento.

§3º É vedada a atribuição de tarefas predominantemente rotineiras, desprovidas de caráter de pesquisa, aos bolsistas selecionados.

§4º É vedada a alocação de bolsistas em atividades administrativas.

§5º É vedada a alocação de bolsistas em atividades de prestação de serviços.

Art. 2º O início do processo se dará quando o servidor apresentar à CGAI minuta de "Processo Seletivo Simplificado".

§1º Caberá ao servidor garantir que o "Processo Seletivo Simplificado" tenha ampla divulgação e prazos para apresentação de candidaturas compatíveis com o princípio da isonomia (vide artigo 5º).

§2º A minuta de "Processo Seletivo Simplificado" deverá conter perfil e demais requisitos técnicos necessários à seleção dos candidatos.

§3º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá conter: seção I – preâmbulo; seção II – considerandos; seção III – do objeto; seção IV – das condições de participação e execução; seção V – do prazo e considerações para inscrição; e anexo – quadro de perfis e requisitos técnicos.

§4º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá informar aos candidatos que seus nomes serão tornados públicos no site do CTI.

§5º O documento de divulgação do "Processo Seletivo Simplificado" deverá informar aos candidatos que, em sua proposta de candidatura, é necessário indicar a qual vaga estão concorrendo.

§6º A minuta do "Processo Seletivo Simplificado" deverá ser aprovada pelo Diretor do CTI, antes da divulgação do mesmo.

Art. 3º Ao término do prazo do "Processo Seletivo Simplificado", o servidor deverá entregar para a Coordenação Geral de Aplicações da Informática – CGAI - toda a documentação dos candidatos coletada através de e-mail criado especificamente para a submissão de candidaturas (vide artigo 4º).

§1º A CGAI organizará a seleção dos bolsistas com base na documentação apresentada pelo servidor. Para isso, poderá solicitar a formação de uma Comissão Julgadora.

§2º É vedada a utilização de entrevista para a seleção.

§3º A seleção dos bolsistas deverá ser baseada na atribuição objetiva de pontuação.

§4º A documentação relativa ao bolsista selecionado deverá ser enviada ao Comitê de Pré-Enquadramento do PCI/CTI para identificação do nível da bolsa a ser concedida.

§5º Caberá ao Coordenador do Programa PCI implementar as bolsas, após aprovação do enquadramento pela Diretoria.

Art. 4º Caberá à Divisão de Suporte Computacional - DSC criar uma conta de e-mail selecao_CTI-NE2016@cti.gov.br, a qual receberá todas candidaturas.

§1º A senha desta conta será fornecida para a CGAI, CTI-NE e Diretoria.

Art. 5º Caberá à Divisão de Relações Institucionais – DRI fazer ampla divulgação do edital.

§1º A divulgação deverá ser endereçada para Comissões de Graduação e Pós-Graduação de universidades públicas e privadas, sociedades científicas, tecnológicas e industriais, além de ser colocada no sítio e na intranet do CTI.

§2º A divulgação não está restrita às instituições mencionadas no §1º, devendo atingir o maior número de pessoas possível.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.


VÍCTOR PELLEGRINI MAMMANA

